

Estudo Técnico Preliminar 6/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 018.00006574/2024-14

2. Descrição da necessidade

Trata o presente de pretensão de contratação de serviços de organização e execução de processos de progressão e de análise de documentos e títulos visando a progressão de servidores públicos em suas respectivas carreiras.

Isto pois os servidores públicos do Estado de São Paulo e de suas autarquias devem ser escalonados anualmente de modo que os 20% (vinte por cento) mais bem classificados venham a progredir de grau em suas respectivas referências remuneratórias atribuídas às classes que ocupam na carreira estatal, nos termos da LC n.º 1.080/2008, LC n.º 1.157/2011 e LC n.º 1.034/2008.

A classificação dos servidores que cumpram os mínimos pressupostos para a progressão considerará a Avaliação de Desempenho Individual dos servidores, nos termos do diploma legal supracitado e do Decreto Estadual n.º 60.545 /2014, cujos resultados serão acrescidos dos pontos obtidos através do Inventário de Desenvolvimento que tenha o servidor logrado no período sob análise, objeto de regulamentação em aludido Decreto e na Resolução SGP n.º 27 /2014.

São suscetíveis de avaliação diversos aspectos de formação curricular dos servidores, desde pós-graduações, graduações, formações sequenciais específicas, prêmios, publicações científicas, ministério de cursos e eventos de capacitação, cada qual com seus pressupostos de validade relativos ao atendimento de premissas regulatórias de aptidão dos diplomas e certificados, além de nexo de pertinência com as atribuições dos respectivos cargos, tudo a ser promovido de modo público, transparente e com observância dos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Não à toa que, atribuladas com as demandas ordinárias do serviço público, as unidades administrativas responsáveis pelas análises afeitas às progressões *anuais* não vêm conseguindo vencer tal demanda, resultando na última progressão ultimada apenas com referência ao exercício de 2014.

Tampouco se deve ignorar que a mão de obra instrumental à prestação do serviço público e ao atendimento dos misteres estatais deve ser provida, em regra, através de regular concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos do artigo 37, II e IX, da Constituição da República, com deveres públicos de instituição de carreiras efetivas e, claro, cumpridas reciprocamente e de modo eficiente (artigos 37, *caput* e 39, *caput*, da Constituição Federal).

Não se olvida que o serviço público é multidisciplinar, de modo que referidas avaliações de títulos reclamam aptidão técnica e operacional do quanto pertinente a cada unidade administrativa e plexo de atribuições dos variados cargos suscetíveis de progressão, não outra razão pela qual a esmagadora maioria dos órgãos públicos contrata instituições especializadas na promoção de certames competitivos, tanto os de índole externa, quanto interna (presente caso), haja vista que a multidisciplinariedade do serviço público e a sazonalidade das avaliações deflagradas inviabilizam, sob a perspectiva da eficiência e otimização de recursos públicos, que cada órgão mantenha equipes perenemente especializadas em tal desiderato, o que é de todo viável, por outro lado, para instituições que prestem tal serviço a diversos órgãos destinatários.

Por conseguinte, procedimentos competitivos que atenderão a milhares de servidores, distribuídos em 45 municípios do Estado de São Paulo, impõem ampliada providência de publicação, conciliação de documentos recebidos, análises de pretensões diversas, operação classificatória e de deliberação sobre recursos, tudo sob mão de obra com variadas especialidades.

Por tais razões, justifica-se a pertinência e a necessidade de contratação de instituição especializada, evitando grave lotação de mão de obra não voltada ordinariamente a tal desiderato.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Gestão de Pessoal	Karen Melillo Candido

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Além de atender aos requisitos técnicos do Termo de Referência, a pessoa jurídica a ser contratada deve atender ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, artigo 75, inciso XV que assim estabelece: *“contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos”*. Tais requisitos são comprovados através da documentação fornecida pela instituição a ser contratada.

5. Levantamento de Mercado

Os serviços pretendidos possuem natureza técnica especializada, cuja entrega do objeto se materializa-se pela prestação de serviços de organização e execução de processos competitivos e de análise de documentos e títulos visando aos processos de progressão de servidores públicos em suas respectivas carreiras.

Atualmente, o mercado disponibiliza os serviços pretendidos por meio de terceirização, encontrando-se um ambiente pouco competitivo pelo número reduzido de empresas que adaptem a execução dos serviços ao objeto da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços deverão ser elaborados e executados de conformidade com a legislação vigente, atendendo os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando a pendência de progressões desde o exercício de 2015, inclusive, estima-se a realização, pela Contratada, de 2 (dois) procedimentos de progressão por ano, visando à realização de 10 (dez) procedimentos ao longo da vigência contratual, então proposta para 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Haja vista a estimativa de 2.600 (dois mil e seiscentos) servidores aptos à progressão, ao longo da vigência contratual serão avaliados os títulos de 26.000 (vinte e seis mil) servidores:

	Servidores	Valor Unitário	Valor Global
Quantidade Anual	5.200	R\$ 26,50	R\$ 137.800,00
Quantidade Global	26.000	R\$ 26,50	R\$ 689.000,00

--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 689.000,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 689.000,00 (Seiscentos e oitenta e nove mil reais), conforme custos unitários apostos no item 1.1. do Termo de Referência.

	Servidores	Valor Unitário	Valor Global
Quantidade Anual	5.200	R\$ 26,50	R\$ 137.800,00
Quantidade Global	26.000	R\$ 26,50	R\$ 689.000,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica o parcelamento considerando que a contratação se trata de serviços contínuos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto desta contratação está relacionado no item 260, classe/grupo 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO do Plano de Contratação Anual de 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de uma empresa especializada para a organização dos processos de progressão dos servidores abrangidos pela LC 1.080/2008, LC 1.157/2011 e LC nº 1.034/2008, trará inúmeros benefícios, proporcionando maior eficiência e celeridade na análise e instrução dos processos.

Atualmente, o volume de aproximadamente 2.600 processos exige apuração e conferência manual, tornando o procedimento moroso e suscetível a atrasos. A ausência de um sistema informatizado específico para a progressão funcional dificulta a gestão dos dados e aumenta a carga de trabalho dos setores envolvidos, que já acumulam diversas outras responsabilidades administrativas, uma vez que a Pasta não possui, em sua estrutura, um centro de evolução funcional específico para atendimento das demandas, a exemplo de outras secretarias.

Com a contratação da empresa organizadora, espera-se:

- 1. **Agilidade na Tramitação** – A empresa fornecerá tecnologia e expertise para acelerar a análise dos processos, garantindo a realização das progressões em ciclos regulares de seis meses.
- 2. **Redução de Erros e Retrabalho** – A utilização de sistemas automatizados permitirá maior precisão na conferência dos requisitos legais, eliminando inconsistências e reduzindo a necessidade de retrabalho.

3. **Desafogamento das Equipes Internas** – A terceirização desse serviço permitirá que os setores responsáveis foquem em suas demais atribuições, sem comprometer a qualidade das atividades essenciais.
4. **Cumprimento da Legislação** – Acelerar a finalização dos processos de progressão garantirá o atendimento das normas vigentes, evitando questionamentos administrativos e demandas junto à Ouvidoria e ao SIC.
5. **Melhoria na Gestão Funcional** – Com o apoio de uma empresa especializada, será possível estruturar melhor os procedimentos internos, facilitando futuras progressões e promovendo maior transparência no processo.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas relativas a adequação do órgão, bem como a gestão contratual, haja vista ser tratar de nova contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Pela natureza dos serviços a serem contratados, não há impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o contido no presente Estudo Técnico Preliminar, bem como no Termo de Referência, a contratação será realizada na modalidade de credenciamento nos termos do inciso IX, do artigo 75, Lei federal nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KAREN MELILLO CANDIDO

Diretor de Gestão de Pessoas



Assinou eletronicamente em 27/03/2025 às 17:30:53.